

# Planalto propõe imunidade plena

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

A emenda presidencialista inspirada pelo Palácio do Planalto, aprovada pelo líder do governo, Carlos Sant'Anna, e apresentada pelo deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), com o objetivo de fortalecer o Congresso e obter maior apoio dos constituintes, amplia as garantias e prerrogativas pessoais dos parlamentares, restaurando a inviolabilidade absoluta do mandato, por opinião, palavra e voto. Com isto fica restabelecido totalmente o princípio da imunidade e os parlamentares, mesmo em caso de crime contra a honra e processo criminal, só poderão ser processados com licença do Congresso.

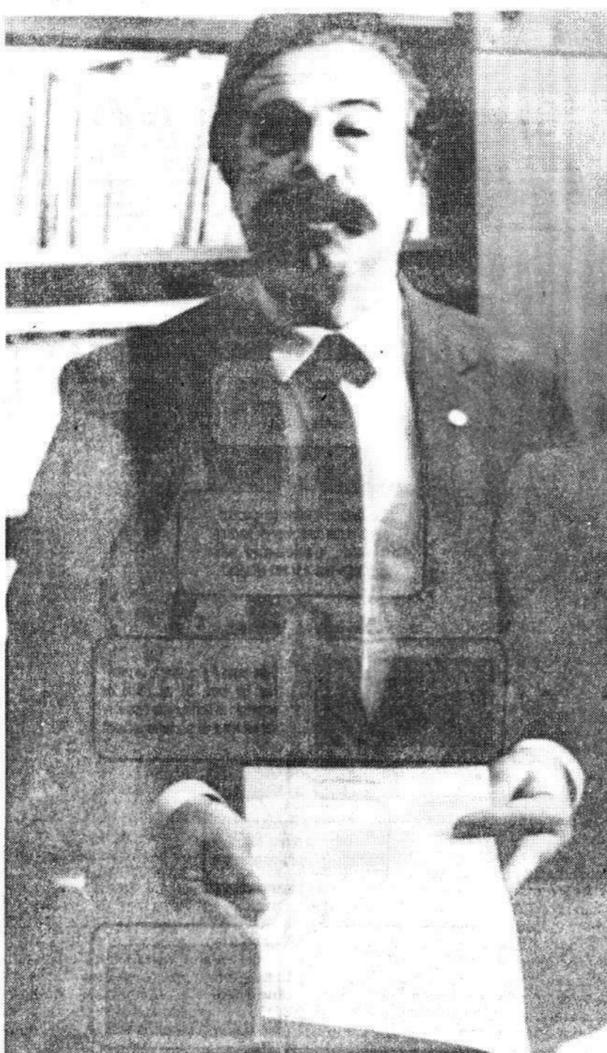
O regime presidencialista pufo "nem caudillesco nem imperial", segundo Theodoro Mendes, atribui ao presidente da República as funções de chefe de estado e de governo, comandante supremo das Forças Armadas e responsável pela direção superior da administração pública. O mandato é de cinco anos — proibida a reeleição. Haverá eleição m segundo turno se, na primeira votação, não houver maioria absoluta de votos.

Embora o líder Carlos Sant'anna tenha reiterado que se tratava de emenda do grupo presidencialista, ligado a Sarney, Theodoro Mendes insistiu em que não se trata de matéria inspirada pelo Palácio do Planalto.

A emenda inova no capítulo do Legislativo, estabelecendo a possibilidade de autoconvocação do Congresso por maioria absoluta de seus membros, e sua obrigação de opinar sobre tratados e convenções internacionais. Fica criada comissão representativa, integrada por 31 membros, para atuar durante o recesso e zelar pelas prerrogativas do Poder. Ponto considerado importante por Theodoro Mendes: é criada uma comissão mista permanente para fiscalizar os atos do Executivo, sem prejuízo da atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito, cujas restrições são eliminadas. O decurso de prazo fica extinto, e os decretos-leis são mantidos para casos de excepcionalidade, mas com possibilidade de alteração pelo Congresso.

A principal modificação introduzida no regime presidencialista vigente é a faculdade de moção de censura do Congresso aos ministros — exceto os militares e o chefe do Gabinete Civil —, por maioria absoluta de seus membros. A proposta pode ser vetada pelo presidente da República, e este veto, por sua vez, pode ser derrubado por dois terços do Congresso. Os ministros militares estão isentos da censura, segundo Theodoro Mendes, por serem considerados comandantes de unidades militares, sem representação política.

A emenda cria também, o Conselho de Defesa Nacional para assessorar o presidente em matéria de segurança nacional.



Mendes apresenta emenda presidencialista do Planalto

## Cabral negocia mudança

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, começou a negociar ontem com o Palácio do Planalto uma possível mudança em seu substitutivo na parte que define o sistema de governo. Ao sair da sala do chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, Cabral admitiu que poderia optar pelo presidencialismo com um parlamento forte. Mas fez uma ressalva: "Isso apenas se houver consenso entre as correntes que defendem os dois sistemas". Cabral frisou que não irá aceitar "imposição em nenhum sentido, nem de constituintes nem do governo".

Parlamentarista por convicção,

Cabral disse que marcou encontro de Costa Couto com três representantes da corrente parlamentarista para discutir o assunto. E informou que o chefe do Gabinete Civil comprometeu-se a colocar no papel a proposta do governo para um presidencialismo com Congresso fortalecido. Essa proposta será comparada com a proposta parlamentarista que consta do primeiro substitutivo. Se houver consenso, o texto que entregará no próximo dia 15 irá refletir essa média. Os parlamentares que irão negociar com Costa Couto serão os senadores Afonso Arinos (PFL-RJ), José Richa (PMDB-PR) e o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Cabral frisou, porém, que não abriu qualquer possibilidade de modificar a concessão de anistia aos militares cassados.

## O perigo de outra crise, como em 64

O deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) alertou ontem, durante almoço com empresários no Mofarrej Sheraton Hotel, para o perigo de uma crise institucional no País, semelhante a de 64, se o sistema parlamentarista de governo for introduzido agora, sem alicerces e colunas para se sustentar. Para ele, o parlamentarismo "é o acabamento do edifício democrático brasileiro, ou seja, o telhado, e nós temos ainda muito para investir nessa construção, principalmente na reforma administrativa, no fortalecimento dos partidos e na implantação do voto distrital".

Na opinião de Afif, se o parlamentarismo for introduzido com Sarney e com a turma que está no governo ele não terá mais conserto. "Não faço crítica à pessoa do presidente, mas sim a um fato histórico, porque Sarney é um acidente histórico e nós não devemos nos esquecer disso. Ele jamais seria eleito, direta ou indiretamente, porque foi fruto de uma negociação menor. De repente o poder cai no colo dele e, como o próprio presidente declarou não estar preparado para isso, está instalada a crise no Brasil, como Café Filho e João Goulart também foram crise". O deputado do PL disse estar gostando do fato de não existir, no substitutivo do relator Bernardo Cabral, a figura do vice-presidente da República, "porque vice é sinônimo de crise; é um conspirador impotencial permanente".

Afif Domingos defende uma "série e urgente" reforma administrativa, que separe de vez a máquina da influência política, para não haver leilão de cargos a cada troca de gabinete parlamentar. "Se essa reforma não ocorrer, nós inviabilizaremos qualquer sistema de governo, porque só um presidente eleito pelo voto direto será capaz de quebrar essa estrutura." Segundo o deputado, o que se discute hoje é se adotamos um sistema parlamentarista com presidente forte ou presidencialismo com parlamento forte. "No fundo, isso é uma forma de dividir o poder para ficar, é uma forma de negociação que está se buscando porque a maioria — desde a mais radical de esquerda até a mais reacionária de direita — não quer a eleição a curto prazo."

Em relação às eleições municipais, Afif defende a proposta de elas se realizarem em dois turnos, "porque é um critério absolutamente democrático para que o governo comece com maioria, por composição eleitoral, para não ter a vergonha dos acordos que assistimos: entra com minoria e depois, com dinheiro público, compra a maioria".



Guilherme Afif Domingos

## A comissão é parlamentarista

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

Dos 93 integrantes da Comissão de Sistematização, 52 são parlamentaristas e apenas cinco estão indecisos sobre como votar a matéria. Os dados constam de levantamento realizado pelo líder governista e relator adjunto da Comissão de Sistematização, senador Fernando Henrique Cardoso — um parlamentarista convicto —, que conversou pessoalmente com cada um dos constituintes que integram o órgão.

Esses dados são importantes porque, se o sistema parlamentar de governo for aprovado na Comissão de Sistematização, dificilmente será modificado por votação no plenário da Constituinte, a partir de outubro. Na Sistematização, apenas 47 votos podem decidir quais propostas serão aprovadas. Mas, no plenário, somente 280 constituintes — o que nenhum partido ou bloco possui, monoliticamente, em favor de qualquer questão — poderão aprovar ou rejeitar emendas ou dispositivos do substitutivo aprovado pela Comissão de Sistematização.

Os integrantes da Sistematização, indecisos diante da questão da forma de governo, são os seguintes: os peemedebistas Wilson Martins, do

Mato Grosso, e Manoel Moreira, de São Paulo; o líder pefelista, Carlos Chiarelli; o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva; e Plínio Arruda Sampaio, também petista de São Paulo.

A favor do parlamentarismo votaram os seguintes peemedebistas da Comissão de Sistematização: Abgail Feitosa, Ademir Andrade, Almir Gabriel, Aluísio Campos, Artur da Távola, o relator Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Celso Dourado, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egídio Ferreira Lima, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Sabóia, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, José Paulo Bisol, José Richa, José Serra, José Ulisses, Mário Lima, Nelson Carneiro, Nelson Jobin, Nelson Friedrich, Oswaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas e Virgíldio de Senna.

Apóiam ainda o parlamentarismo os seguintes constituintes, todos do PFL: Afonso Arinos, Alenci Guerra, Aloísio Chaves, Antonio Carlos Thame, Arnaldo Pietro, José Jorge, José Thomaz Nono, Marcondes Gadelha e Sandra Cavalcanti. Os pedesistas que votaram a favor da forma parlamentar de governo são: Konder Reis, Gérson Peres e José Luis Maia. Votaram a favor do parlamenta-

rismo os seguintes petebistas: Francisco que o Brasil tem de pagar 14 mil dólares a hora, segundo informação recente de um representante da TVS ao ministro da Justiça, para ver "o lixo de violência" que as emissoras divulgam diariamente certos em favor da manutenção do presidencialismo os seguintes integrantes da Comissão de Sistematização: os peemedebistas Alfredo Campos, Carlos Sant'Anna, Fernando Bezerra Coelho, João Calmon, José Freire, José Geraldo, José Inácio, Milton Reis, Nilson Gibson, Prisco Viana, Renato Viana, Rodrigues Palma e Theodoro Mendes.

No PFL, estão a favor do atual sistema presidencialista os seguintes constituintes: Cristóvam Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Benjamim, Francisco Dornelles, Mário Assad, Oscar Correia, Oswaldo Coelho, Paulo Pimentel e Ricardo Fluzia. No PDS, apóiam o presidencialismo os seguintes integrantes da Sistematização: Darcy Pozza, Jarcas Passarinho e Virgílio Távora. Todos os representantes do PDT na comissão — Brandão Monteiro, José Maurício e Lydianeas Maciel — votaram pela manutenção do presidencialismo, que ainda tem apoio de Adolfo de Oliveira, do PL, e de Antonio Faria, do PMB.



Alencar Monteiro

Covas, só no plenário, continua querendo eleição em 88

## No fim da transição, a defesa das diretas

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

Esgotada a transição, esgota-se a legitimidade do governo. E a transição termina com a promulgação da nova Constituição. Esse, em resumo, o principal argumento utilizado pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, ao defender ontem, perante a Comissão de Sistematização, a emenda popular (com cem mil assinaturas) que determina a realização de eleição direta para presidente da República no dia 15 de novembro do próximo ano e estabelece para 15 de março de 1989 a posse do eleito.

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), só chegou ao plenário quando Covas já estava encerrando o discurso e momentos antes de o presidente da Comissão, Afonso Arinos, solicitar que não mais apartassem o orador. Mas o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), tentou defender o mandato do presidente José

Sarney. "Todos os mandatos atuais, inclusive os nossos, estão fixados pela atual Constituição. Não teríamos base política nem moral para mexer num desses mandatos, o do presidente da República, sem mexer nos nossos", enfatizou. Prosseguindo, disse considerar mais coerente a proposta "da deputada Sandra Cavalcanti, que estabelece eleições gerais, de vereador a presidente da República, para março de 1988".

Em resposta, Mário Covas assinalou não ter sido eleito pelo Colégio Eleitoral. "Nem eu, nem nenhum dos senhores constituintes", salientou o senador, lembrando que quando mudou o regime, "era prefeito biônico" de São Paulo, mas pediu ao seu partido que se colocasse a favor da realização de eleição direta para os prefeitos das capitais.

Em conversa com os jornalistas, Covas comentou que a possibilidade de eleições diretas em 88 serem aprovadas depende da inclusão da matéria no segundo parecer do relator Bernardo Cabral.

## Grupo dos 32 entrega hoje seu projeto

O grupo dos 32 da constituinte, coordenado pelos senadores José Richa (PMDB) e Virgílio Távora (PDS), deverá apresentar o projeto Hércules II, como substitutivo ao ante-projeto do relator Bernardo Cabral de nova Constituição. O trabalho foi concluído ontem, à tarde e ainda hoje, por volta das 11 horas, no gabinete do senador Richa, o projeto estará ordenado para a sua formalização dentro do novo prazo de apresentação de emendas.

Pela manhã circulou a notícia de que o Grupo dos 32 apresentaria o Projeto Fenix — renascido das cinzas. No Instituto Israel Pinheiro, porém, o senador paranaense anunciou o novo projeto como Hércules II. Ontem foram aprovadas emendas de reforma agrária, apoiada a proposta do relator Bernardo Cabral ao sistema de governo, acolhida a emenda José Serra limitando recursos federais a Estados recém-criados, além de propostas sobre questões econômicas — inaneiras. O Grupo dos 32 não será dissolvido, devendo permanecer até a promulgação da nova Constituição.

O Grupo dos 32 ainda aprovou emenda substitutiva aos dispositivos do ante-projeto de Bernardo Cabral sobre reforma agrária, estabelecendo que a desapropriação será precedida de elaboração de projeto de assentamento e vistoria do imóvel rural, pelo órgão fundiário nacional. O proprietário do imóvel, ou o perito por ele indicado, terá participação garantida nestes processos.

De iniciativa dos deputados Konder Reis (PDS-SC), José Maria Eymael (PDS-SP), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) e outros, a emenda do Grupo dos 32 estabelece que dentro de 90 dias a autoridade judiciária competente, sob pena de crime de responsabilidade, após prévia e obrigatória vistoria judicial, decidirá, por sentença fundamental, sobre o cumprimento ou não na função social do imóvel objeto de desapropriação.

# Governadores querem plano para Centro-Sul

**FLORIANÓPOLIS**  
**AGÊNCIA ESTADO**

A necessidade de se formar um colégio de governadores para planejar o desenvolvimento da região Centro-Sul e, ainda, de ser abrir aos estados a possibilidade de também poderem realizar reformas administrativas por meio de legislação a ser incluída na nova Constituição. Estas foram as principais sugestões da reunião de ontem, em Florianópolis, de 10 governadores de estados da região Centro-Sul e o do Distrito Federal, que no entanto preferiram não adotar posição conjunta sobre o regime de governo, nem sobre a realização de um plebiscito.

Para o governador do Paraná, Alvaro Dias, o resultado do encontro não chegou a ser uma surpresa: "Eu não alimentava nenhuma expectativa quanto à reunião, mas a tinha como uma oportunidade válida para a troca de informações e de opiniões sobre diversos assuntos. Tratou-se de assuntos já de conhecimento público, que estamos debatendo há algum tempo", disse Alvaro Dias.

Durante a reunião de mais de três horas, a questão do plebiscito foi discutida, assim como a do regime de governo mais adequado ao País, se o presidencialismo ou o parlamentarista, mas sem se chegar a nenhuma conclusão. Por isso, esses dois temas foram abordados separadamente pelos governadores em entrevista à imprensa. Segundo informações não oficiais, o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, teria feito durante a reunião a portas fechadas duras críticas ao presidente do Banco Central, Fernando Milliet. Aos repórteres, Cardoso disse que a resolução que congela repasses de verbas aos estados "é antidemocrática, incompetente e recessiva".

Já o governador Orestes Quêrcia tentou diminuir o impacto negativo das resoluções anunciadas na quinta-feira pelo ministro Bresser Pereira. Segundo o governador paulista, elas não irão prejudicar os estados e municípios "porque as obras em andamento não terão solução de continuidade até dezembro, e novas obras poderão ser iniciadas".

Na opinião do governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, o controle do déficit público "não pode significar a queda de investimentos, senão vamos transformar o País num verdadeiro cortiço". O problema do déficit, enfatizou, não está na redução dos investimentos nem das despesas de custeio, "mas sim na negociação da dívida externa, que pesa no Tesouro Nacional e o pressiona de forma insuportável".

A respeito do plebiscito, o governador catarinense Pedro Ivo Campos disse que considera esse tipo de consulta oportuno como contribuição aos constituintes, desde que seja realizado antes da promulgação da Constituição. Se for após o término dos trabalhos constituintes e indicar a opção popular pelo parlamentarismo, "poderá prejudicar o País pois desmoralizaria a própria Constituição".

Caso os constituintes venham a optar pelo parlamentarismo, o governador Orestes Quêrcia garantiu que vai lutar pela realização de um plebiscito, a fim de que todos os brasileiros se manifestem sobre a forma de governo. Esta é também a opinião de Moreira Franco. Segundo disse, por questões éticas o povo deve ser convocado a se manifestar caso vigore a tese do parlamentarismo. Contrários ao plebiscito manifestaram-se durante a entrevista Newton Cardoso e o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira.

## Emenda limita ajuda

A União não poderá financiar gastos de novo Estado por mais de três anos, contados de sua criação. Esta exigência consta de emenda aprovada ontem pelo Grupo dos 32 (coordenado pelo senador José Richa) e será apresentada hoje como emenda ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral.

De autoria do senador José Serra (PMDB-SP), a emenda proíbe a União, direta ou indiretamente, assumir encargos em decorrência da criação de Estado referentes a despesas com pessoal inativo e com amortização de dívida interna ou externa da administração pública, inclusive indireta.

Nos três anos previstos para a

União financiar gastos com o novo Estado, metade das despesas serão custeadas com recursos provenientes de contribuição especial que os novos Estados instituírem, a ser cobrada de pessoas físicas e jurídicas residentes no novo Estado. A outra parte será custeada com recursos provenientes das demais receitas do orçamento federal.

Alegou José Serra que a criação

ou desmembramento de Estados acarretam despesas à União por longo tempo, citando, como exemplos, recursos federais ao Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e recursos equivalentes a 1% do orçamento do estado de Rondônia.

## Juiz aprova censura ao "comércio de criação"

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

"Não é a palavra censura, tão desmoralizada durante os anos da ditadura, que vai assustar homens de bem", disse ontem, perante a Comissão de Sistematização, o presidente da Associação Brasileira dos Juizes Curadores de Menores, Jorge Uchoa Mendonça, ao defender a emenda popular que mantém a censura de espetáculos e diversões públicas vinculada ao Departamento de Polícia Federal.

Com palavras veementes, ele pediu aos constituintes que vejam a diferença que, a seu ver, existe entre a liberdade de criar, de escrever, de pensar e "o comércio de divulgar, o comércio da criação". Disse não ser contrário à liberdade de criação, mas entendeu que o Brasil não mais pode permitir os abusos que se registram, principalmente na área da televisão.

Jorge Uchoa Mendonça acusou os meios de comunicação social de criarem e fazer proliferar marginais como o "Meio-Quilo" e o "Escadinho". Esses veículos, segundo ele, "fazem a proclamação e a exaltação do homossexualismo, do crime".

"Não se diga", ressaltou, "que isto é desenvolvimento, porque acabo de voltar dos Estados Unidos e, durante os 20 dias que passei lá, não vi na televisão um só anúncio que tivesse uma mulher com maíó fio-dental; um só anúncio que usasse a nudez de uma mulher para fazer a propaganda de um relógio; um só anúncio em que se despiesses crianças para fazer propaganda, numa cabal demonstração de que a criatividade está sendo substituída pelo apelo".

O juiz criticou também o Conselho Federal de Censura, que, segundo ele, libera para as 21 horas uma

peça que, por lei, só poderia ser liberada para depois da meia-noite. Nem a campanha oficial contra a Aids escapou de seus ataques. "Uma mulher simples do subúrbio de Duque de Caxias", disse, "não tem a condição da mulher de Ipanema, que serviu de parâmetro para a campanha, e não tem como explicar à filha de sete anos o que é camisinha, para que serve e como é usado".

Falou também de uma peça teatral que acabara de ver, no Rio de Janeiro, na qual "as personagens cheiram cocaína, abertamente; uma mulher se proclama, para uma jovem de 15 anos, ser bissexual; um jovem de 15 anos se proclama interessado em fazer sua iniciação sexual com a própria mãe". "Essa peça", concluiu, "está liberada para crianças de 10 anos, e elas estavam no auditório".

A certa altura, o juiz perguntou por que o Brasil tem de pagar 14 mil dólares a hora, segundo informação recente de um representante da TVS ao ministro da Justiça, para ver "o lixo de violência" que as emissoras divulgam diariamente no horário nobre e influem na mente e na formação das crianças.

Segundo o orador, como resultado de tudo isso, "os homens de bem estão presos atrás de grades, enquanto os bandidos estão cometendo assaltos cada vez mais técnicos, mais ousados, mais preparados". "Os marginais, as crianças, os jovens, os presos", disse, "estão vendo muita televisão". Mas disse que não é só o povo que está preocupado. "Também juizes, deputados e senadores estão angustiados, porque sabem que seus filhos foram induzidos ao uso de tóxicos, ao homossexualismo, ao crime, muitas vezes por um programa de televisão."

## Magistratura está insatisfeita

**RIO**  
**AGÊNCIA ESTADO**

Os juizes — sete mil em todo o País — não estão satisfeitos com o anteprojeto de Constituição apresentado por Bernardo Cabral. A afirmação é do vice-presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, José de Melo Junqueira, juiz do 2º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, que esteve ontem no Rio, recolhendo propostas novas dos associados fluminenses.

A associação apresentou proposta à Constituinte e diz que ela chegou ao relatório de Cabral mutilada: "Hoje temos um projeto que não está agradando a todos os magistrados, porque não traz o fortalecimento do Poder Judiciário. A Constituinte poderá ser, até, responsável por um grande erro, se mantiver as equiparações que incluem neste último substitutivo entre o Poder Judiciário e o Ministério Público", disse Melo Junqueira.

Segundo ele, a classe nomina defende a autonomia orçamentária e financeira da Justiça, para que os Tribunais de Justiça e federais possam dinamizar os processos de interesse público. "No anteprojeto que está ai nós sofremos uma série de retaliações na nossa independência. O quinto constitucional, por exemplo, que sempre, em todas as constituições, esteve como órgão do qual sai a lista para o Executivo nomear o Judiciário, agora é a própria classe que vem com uma lista sextupla para que o tribunalescolha apenas três. E uma diminuição do Poder Judiciário", ponderou.

O fato de a Justiça Federal passar a abranger todas as questões referentes ao Direito Agrário é considerado pelos juizes um retrocesso. Melo Junqueira acha que há séria confusão, na medida em que "nem tudo é reforma agrária. Existem questões agrárias relativas a arrendamento rural e parceria agrícola que nada têm a ver com a reforma agrária".